



PARECER PRÉVIO Nº 8/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10052/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira, Prefeito Municipal de Juruá, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2140/2015-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.2159/2164).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Juruá. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Aprovação com Ressalvas** das contas anuais da Prefeitura Municipal de Juruá, referente ao exercício 2011, de responsabilidade do **Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I e artigo 29, III da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 5º, I, e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, II, da Resolução nº 04/02 (Regimento Interno TCE-AM);

10- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Fevereiro de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.



ACÓRDÃO Nº 8/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 8/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10052/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira, Prefeito Municipal de Humaitá, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2140/2015-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.2159/2164).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Juruá. Exercício de 2011.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira**, Prefeito Municipal de Juruá, no exercício de 2011, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira**, no valor de R\$ 4.468,41 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), que deve ser recolhida na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 53, parágrafo único, da Lei Estadual nº 2423/96, em razão das impropriedades formais não justificadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do



ACÓRDÃO Nº 8/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 8/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Regimento Interno do TCE/AM;

- 9.4. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Juruá que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, assim como maior controle sobre seu patrimônio, a fim de evitar a reincidência que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Estadual nº 2423/96.

10- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Fevereiro de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral